



Ministério da Educação
Universidade Federal do Cariri
Conselho Universitário

REVOGADA PELA RESOLUÇÃO CONSUNI N.º 71, DE 29 DE MARÇO DE 2022

~~RESOLUÇÃO CONSUNI N.º 30, DE 20 DE AGOSTO DE 2020~~

~~Dispõe sobre a Regulamentação de repatriamento de estudantes vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade Federal do Cariri (UFCA), no contexto da pandemia da Covid-19.~~

~~**O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI,** Ricardo Luiz Lange Ness, no uso da competência que lhe confere o Decreto Presidencial de 31 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União no dia 3 de junho de 2019, Seção 2, página 1, combinado com o inciso II, do art. 24, do Estatuto em vigor da UFCA;~~

~~CONSIDERANDO o que deliberou o Conselho Universitário (Consuni), na Décima Quarta Reunião Ordinária, em 20 de agosto de 2020;~~

~~CONSIDERANDO as ações de internacionalização da UFCA através da sua participação no Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE);~~

~~CONSIDERANDO a importância da internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCA;~~

~~CONSIDERANDO a importância de se institucionalizar as ações de internacionalização como uma prática acadêmica constante, regulamentada em todos os níveis da administração;~~

~~CONSIDERANDO a importância de atrair e manter estudantes estrangeiros em cursos de graduação na instituição;~~

~~CONSIDERANDO a situação de crise sanitária atual;~~

~~CONSIDERANDO a possibilidade do consulado vinculado ao país de origem do estudante proporcionar meios dele fazer o regresso voluntário à pátria (repatriamento) durante este período em que se encontra a crise sanitária no Brasil;~~

~~CONSIDERANDO a Resolução nº 26/Consuni, de 10 de Julho de 2020 que estabelece o período letivo especial na UFCA;~~

~~CONSIDERANDO a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 que institui a Lei de Migração;~~

~~CONSIDERANDO o Decreto nº 7.948, de 12 de Março de 2013 que dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G;~~

~~CONSIDERANDO a Portaria nº 745, de 5 de Junho de 2012 que estabelece diretrizes para execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisões);~~

~~CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 23507.002119/2020-68 que consulta a procuradoria sobre a possibilidade de suspensão de bolsa Promisões a estudantes vinculados ao PEC-G na UFCA;~~

~~CONSIDERANDO as consultas e reuniões com os órgãos da UFCA que têm algum tipo de relação com os estudantes vinculados ao Programa PEC-G;~~

~~CONSIDERANDO a documentação constante nos autos do Processo nº 23507.002545/2020-12;~~

RESOLVE:

~~Art. 1º Aprovar a regulamentação sobre o repatriamento de estudantes PEC-G da Universidade Federal do Cariri – UFCA e estabelecer os princípios norteadores, tanto em termos de manutenção do vínculo estudantil durante o ensino remoto quanto de manutenção da bolsa Promisões a(o)s estudante(s) contemplado(s) com esse benefício.~~

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 2º O estudante vinculado ao Programa PEC-G segue as normas contidas no Decreto nº 7.948, de 12 de Março de 2013.~~

~~§ 1º Entende-se como “repatriamento”, no âmbito desta Resolução para as ações da UFCA nesse campo, o envio de pessoas que, sem recursos financeiros no exterior, retornam à pátria com a ajuda dos consulados do país de origem.~~

~~§ 2º O regresso voluntário à pátria de origem e o posterior retorno do estudante estrangeiro envolvido nessa questão ao Brasil deve seguir as normativas que constam na lei nº 13.445, que institui a migração no âmbito da República Federativa do Brasil publicada em 24 de maio de 2017.~~

~~§ 3º As disposições tratadas no âmbito desta Resolução de Repatriamento deverão nortear as ações desenvolvidas nos diferentes órgãos administrativos ou cursos da UFCA.~~

~~Art. 3º Os estudantes contemplados com bolsa Promisões no âmbito da UFCA estão sujeitos às diretrizes estabelecidas pela Portaria MEC nº 745, de 5 de Junho de 2012.~~

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

~~Art. 4º A Resolução de Repatriamento de Estudantes da UFCA tem como objetivo principal estabelecer normas para garantir que os estudantes vinculados ao Programa PEC-G possam retornar ao país de origem de maneira voluntária.~~

~~Art. 5º São objetivos específicos da Resolução de Repatriamento de Estudantes PEC-G:~~

~~I possibilitar que o(a) estudante vinculado ao Programa PEC-G possa retornar ao país de origem, em face à crise sanitária no Brasil, caso seja de sua vontade;~~

~~II promover o acompanhamento do estudante vinculado ao Programa PEC-G que esteja matriculado no Período Letivo Especial (PLE) e também no semestre 2020.1 enquanto estiver suspenso este calendário acadêmico;~~

~~III possibilitar que o(a) estudante vinculado(a) ao Programa PEC-G possa fazer a manutenção do benefício da bolsa Promisaes durante a vigência do PLE na UFCA; e~~

~~IV comunicar quando necessário de mudanças ocorridas no calendário acadêmico vigente aos estudantes vinculados ao PEC-G em função da crise sanitária atual e o retorno do país de origem.~~

~~CAPÍTULO III~~

~~DOS CRITÉRIOS DE MANUTENÇÃO DA BOLSA PROMISAES~~

~~Art. 6º São critérios para manutenção da bolsa Promisaes na UFCA durante essa situação de crise sanitária e a vigência do PLE:~~

~~I estar com a situação do visto junto a Polícia Federal, mediante análise do Registro Nacional Migratório (RNM) atualizado ou apresentado o protocolo de prorrogação de visto junto ao referido órgão do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.~~

~~II análise da condição socioeconômica; feita com base em critérios estabelecidos pelas assistentes sociais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFCA, mediante parecer deste órgão responsável por essa atividade na Instituição.~~

~~III rendimento acadêmico;~~

~~IV frequência escolar nas atividades acadêmicas opcionalmente matriculadas durante o PLE;~~

~~V custo de vida local;~~

~~VI previsão de envolvimento do aluno em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas com o curso de graduação, em que pesem, preferencialmente, as contribuições do contexto cultural e social do país de origem; e~~

~~VII apresentar carta de comunicação à Secretaria de Cooperação Internacional da UFCA antes de realizar o repatriamento e ao retornar do país de origem justificando a situação.~~

~~CAPÍTULO IV~~

~~DA SUSPENSÃO DA BOLSA PROMISAES~~

~~Art. 7º O estudante convênio selecionado pela UFCA ao Promisaes durante o período de repatriamento terá seu auxílio financeiro suspenso nos seguintes casos:~~

- ~~I conclusão do curso na UFCA;~~
- ~~II desligamento do PEC-G;~~
- ~~III evasão da UFCA por parte do beneficiário;~~
- ~~IV reprovação por falta no semestre anterior à seleção e durante a vigência do auxílio;~~
- ~~V ausência de matrícula em componente curricular ofertado durante o PLE;~~
- ~~VI trancamento geral de matrícula, com exceção de casos de doença grave do beneficiário ou de familiares comprovado mediante atestado médico e validado pelas instâncias competentes da UFCA;~~
- ~~VII falsidade de documento e/ou informação prestada pelo beneficiário, constatada em qualquer momento pelos coordenadores do Projeto e (ou) pelos órgãos de controle;~~
- ~~VIII declarar previamente ao Repatriamento substancial mudança de condição socioeconômica do beneficiário, que comprometa a observância das prioridades do Promisaes e seus documentos de referência;~~
- ~~IX pedido de desligamento do Promisaes por parte do beneficiário;~~
- ~~X decisão judicial;~~
- ~~XI falecimento do beneficiário;~~
- ~~XII se o estudante exercer qualquer atividade remunerada (exceto as voltadas para fins curriculares e de iniciação científica) ou passar a receber outro auxílio financeiro do governo brasileiro;~~
- ~~XIII transferência para Instituição de Ensino Superior (IES) não atendida pelo Promisaes; ou~~
- ~~XIV não atualização de prorrogação de visto de estudante anual junto a Polícia Federal.~~

~~CAPÍTULO V~~

~~DAS DISPOSIÇÕES FINAIS~~

~~Art. 8º O afastamento do país de vínculo acadêmico, pelo beneficiário da bolsa Promisaes, apenas será permitido, como limite máximo de permanência em seu país de origem, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância nacional no Brasil.~~

~~Art. 9º Os casos omissos relativos à Resolução de Repatriamento de Estudantes vinculados ao PEC-G da UFCA serão analisados pela Secretaria de Cooperação Internacional mediante consulta às unidades administrativas e acadêmicas diretamente envolvidas.~~

~~Art. 10. Esta Resolução entra em vigor nesta data.~~

RICARDO LUIZ LANGE NESS
Presidente do Conselho Universitário